

## ROTEIRO SISTEMATIZADO DE CREDENCIAMENTO

- Requerimento/Demanda; [art. 72, I]
- Estudo Técnico Preliminar, projetos e análises de risco; [art. 72, I e art. 18] – verificar se o regulamento local dispensa o ETP
- Estimativa da despesa; [art. 72, II]
- Verificação de recursos orçamentários; [a[art. 72, IV]
- Justificativa de escolha do credenciamento e enquadramento em um dos incisos do art. 79;
  - na hipótese do inciso III do **caput** deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação; [art. 79, p.u., IV]
  - na hipótese do inciso I do **caput** deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda; [art. 79, p.u., II]
- Elaboração do edital observando o regulamento local do credenciamento;
  - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do **caput** deste artigo, deverá definir o valor da contratação; [art. 79, p.u., III]
  - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração; [art. 79, p.u., V]
- Justificativa do preço; [art. 72, VII]
- Parecer Jurídico; [art. 72, III]
- Parecer técnico, se houver; [art. 72, III]
- Autorização da Autoridade; [art. 72, VIII]
- Divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de



chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados [art. 79, p.u., I]

- Contrato;
- Publicação. [art. 72, p.u.]





## ORIENTAÇÃO PREVENTIVA

Tabela Prática para Formulação de Processo de Credenciamento de acordo com o regulamento fornecido pela GEPAM

Fases	Providências	Requisitos	Observações	Base Legal Lei 14.133
1	Requisição ou pedido feito pelo setor interessado, acompanhado do seguinte, conforme o caso:	<div>1- Descrição da necessidade da contratação, com a indicação do interesse público envolvido – em regra, por meio de Estudo Técnico Preliminar, que parametrizará os instrumentos posteriores.</div> <div>2- Termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso</div> <div>3- Definição das condições de execução e pagamento das garantias exigidas e ofertadas e das condições de pagamento</div>	<b>REFERÊNCIA<sup>1</sup> DE DESCRIÇÃO [p 2 e 3].</b>  <b>REFERÊNCIA E MODELO NO ANEXO I.</b>	Art. 72, I Art. 18, I a III
		Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consultas ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas [PNCP]	<div>1. Se a contratação não for oriunda de recursos federais, o regulamento municipal poderá definir a utilização de outros sistemas de custos adotados, sendo federais, deverão ser observados os regulamentos da União;</div> <div>2. <u>Tratando-se de obras e serviços de engenharia</u>, a planilha deverá trazer a</div>	

<sup>1</sup> [Acesse aqui.](#)



2	Estimativa de preços, adotando-se <b>alternativamente:</b>	<p>Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada e de sites especializados ou de domínio amplo, desde que contemplem adata e hora de acesso</p> <p>Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 [um] anos anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente</p> <p>Pesquisa direta com no mínimo 3 [três] fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 [seis] meses de antecedência</p> <p>Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento.</p>	<p>indicação do BDI de referência e dos Encargos Sociais [ES] cabíveis, além do seguinte:</p> <p>a) se for obras e serviços de infraestrutura de transporte, a composição dos custos unitários deverá seguir a tabela do SICRO. Para as demais obras e serviços, a composição deverá seguir a tabela do SINAPI;</p> <p>b) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabelas de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sites eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;</p> <p>c) contratações similares feitas pela Administração, em execução ou concluídas no período de 1 [um] ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;</p> <p>d) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento.</p> <p>3. Quando não for possível estimar o valor do objeto, em razão da peculiaridade do objeto da contratação direta por dispensa ou por inexigibilidade, caberá exigir do contratado a <u>comprovação de que seus preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza</u> por meio de <u>apresentação de notas fiscais</u> emitidas para outros contratantes no período de até 1 [um] anos anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.</p> <p>4. Nos casos de mercados fluidos, o preço estimado será o saldo anterior de compras do gênero, e o preço a ser adquirido será o menor, na data da aquisição, entre os credenciados.</p>	Art. 72, II Art. 18, IV Art. 23 Art. 79, p.u., IV
3	Manifestação de Interesse	Procedimento facultativo.	<p>- Preferencialmente, em tratando-se de contratações diretas em razão do valor [incs. I e II, art. 75, Lei n° 14.133/21, a Administração poderá divulgar em seu site oficial, pelo prazo de 3 dias úteis, a manifestação de interesse da futura contratação, para permitir que interessados possam ofertar cotações de preços.</p> <p>- <b>MODELO NO ANEXO II</b></p>	§3º, Art. 75



4	Justificativa da escolha do credenciamento e qual inciso do art. 79 se aplicará		<p>I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;</p> <p>II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;</p> <p>III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.</p>	Art. 79, I, II e III
5	Justificativa de preço		<p>- Demonstração de que os preços contratados estão compatíveis com o mercado</p> <p>- na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;</p>	Art. 72, VII Art. 79, p.u., IV
6	Dotação Orçamentária		Informação do setor de Contabilidade a demonstrar a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.	Art. 72, IV
7	Elaboração do Edital e contrato	- Na forma do Regulamento local	<p>- não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;</p> <p>- será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital;</p> <p>- na hipótese do inciso I, art. 79, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;</p> <p>- o edital de chamamento deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 79, deverá definir o valor da contratação;</p> <p>- na hipótese do inciso III do art. 79, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;</p> <p>- deve-se observar cada caso, mas normalmente a regulamentação local prevê</p>	Art. 79, p.u., II, IV, V e VI.



			<p>que o edital deverá conter:</p> <p><b>a)</b> objeto, em descrição sucinta e clara;</p> <p><b>b)</b> condições do credenciamento;</p> <p><b>c)</b> documentação necessária para o credenciamento;</p> <p><b>d)</b> da forma de análise dos documentos para a habilitação e da divulgação do resultado;</p> <p><b>e)</b> prazo recursal;</p> <p><b>f)</b> preço, condições de pagamento e hipótese de reajuste e realinhamento;</p> <p><b>g)</b> condições de execução ou do fornecimento, conforme o caso;</p> <p><b>h)</b> obrigações das partes;</p> <p><b>i)</b> sanções administrativas;</p> <p><b>j)</b> motivos de descredenciamento;</p> <p><b>k)</b> outras indicações específicas ou peculiares do credenciamento.</p>	
8	Documentos de Habilitação	<p><b>Jurídica:</b></p> <p>a) ato constitutivo, contrato social, requerimento de empresário, decreto de autorização, conforme o caso</p> <p><b>Qualificação Técnica:</b></p> <p>a) Prova de registro na entidade competente da empresa e do profissional;</p> <p>b) Certidões e atestados;</p> <p>c) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento e qualificação de cada membro da equipe técnica, quando for o caso;</p> <p>d) Atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;</p> <p>e) Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações ou das condições para cumprimento das obrigações objeto da licitação.</p>	<p>1. A documentação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;</p> <p>2. Substituição pelo CRC, facultativamente.</p> <p>3. A documentação poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a ¼ [um quarto] para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$</p>	<p>Art. 62 Arts. 66 a 69 Art. 70 Art. 72, V</p>





## ORIENTAÇÃO PREVENTIVA

		<b>Habilitação fiscal, social e trabalhista:</b> a) CPF ou CNPJ; b) Inscrição perante a Fazenda federal, estadual ou municipal da sede da licitante; c) CND ou CPEF Federal, Estadual ou Municipal; d) FGTS; e) CNDT. f) Cumprimento do XXXIII, art. 7º, CF <b>Habilitação Econômico-Financeira:</b> a) Balanço patrimonial; b) Certidão negativa sobre falência	300.000,00 [trezentos mil reais].	
9	Elaboração da minuta contratual, se for o caso	Cláusulas essenciais previstas no artigo 92, da Lei nº 14.133/21	O contato somente é <b>facultado</b> nas dispensas em razão do valor [I e II, art. 75, da Lei nº 14.133/21] e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.	Arts. 89 a 92 Art. 95, I e II
10	Parecer Jurídico, edital, minuta de contrato e pareceres técnicos [se necessários]	Deverá: a) apreciar o processo conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; b) redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação c) apreciar o processo conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; d) redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação	1. Deverá indicar expressamente o dispositivo que fundamente a espécie de inexigibilidade [art. 74] 2. É possível alocar a análise jurídica em outro momento, a depender da organização local, sendo possível, até mesmo, parecer unificado ou a dispensa nos casos de padronização das análises. 3. É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.	Art. 72, III Art. 53





## ORIENTAÇÃO PREVENTIVA

11	Autorização da autoridade competente			
12	Publicação do Edital de credenciamento	Portal Nacional de Contratações Públicas [PNCP] e disponibilização em <i>site</i> oficial da Administração	- O edital deverá permanecer aberto para novos interessados.	Art. 174, §2º, III Art.79, §único, I
13	Assinatura do contrato		Convocação do Interessado no prazo e nas condições previstas	Art. 90
14	Publicação do extrato do contrato	Publicação no PNCP até 10 dias úteis e Disponibilidade no site oficial	Se a contratação referir-se a profissional do setor artístico por inexigibilidade de licitação, na publicação deverão estar identificados os custos do cachê do artista, dos músicos ou da banda, assim como, se houver, os do transporte, da hospedagem, da infraestrutura, da logística do evento e das demais despesas específicas.	Art. 94

